

Imagem e Memória: Uma reflexão sobre os “tempos” da Vila Velha de Itamaracá

Nátalli Araújo¹

“A narração toca indiretamente o sonhador, que se emociona, toma consciência e muda; a interpretação histórica toca indiretamente em sua vida os homens, que passam a se compreender melhor e mudam. Assim, os sujeitos históricos informados pelas interpretações, localizados, quando sonharem com o futuro e o passado, terão menos pesadelos, e quando viverem, no presente, encontrarão os melhores meios e termos para expressar seus interesses e realizar os seus projetos.” (REIS, 2007)

A sucessão de fatos históricos e o entendimento que temos deles é mutável, na medida em que também nossa sociedade se modifica. Neste texto faremos uma reflexão acerca destas mudanças mas, sobretudo, das experiências de escrita que conduziram esta história através do tempo. Escolhemos para isso a História da Ilha de Itamaracá, mas devemos logo alertar o leitor de que não terá uma relação linear dos acontecimentos ou mesmo uma análise dos documentos por eles mesmos.

O que pretendemos é entender como esta história foi construída em três momentos específicos, aos quais iremos contextualizar e significar em relação a um ambiente teórico e metodológico posto para o Brasil e alguns referenciais europeus que influenciaram a historiografia que se refere à Ilha de Itamaracá.

Então, esta nossa história, caro leitor, não vai seguir exatamente as regras acadêmicas, mas para tranquiliza-lo, também não devemos negar os padrões que nos conferem cientificidade, mesmo porque este também será um debate travado neste texto. O que tentamos é a partir deste estudo de caso refletir sobre os problemas enfrentados pelo historiador em sua prática e na escolha de seu ambiente teórico.

O nosso ponto de confluência é o presente, que como indica Marc Block, em seu *Apologia da História*, “é o lugar de elaboração dos problemas em história” e é também

¹ Pós-graduanda em História Social da Cultura, UFRPE. Bolsista CNPQ.

ao nosso entendimento o lugar de ação dos sujeitos mesmo que eles sejam historiadores. Este lugar não deve ser somente de observação mas, também de tomada de consciência, pode parecer inócuo dentro do sistema acadêmico em que estamos inseridos, mas o tipo de história que resolvemos escrever é aquela que considera o passado e age sobre o presente.

Agora devo deixar o leitor a par das inquietações presentes que nos levam a questionar a história desta pequena Ilha Atlântica, que por muito tempo esteve esquecida em sua relevância histórica e mesmo social e que hoje passa por um trabalho de planejamento em sua estrutura patrimonial e econômica, é claro estes dois fatores estão intimamente ligados e o leitor vai entender como mais tarde.

Então a nossa primeira parada é a década de 80, do século XX, em que a Ilha, mais especificamente, o bairro de Vila Velha, originalmente a Vila de Nossa Senhora da Conceição, sede da Capitania de Itamaracá, que compõe a área de povoamento mais antiga da Ilha e uma das mais antigas do Brasil. Neste período, a Vila sofreu intervenções arqueológicas e patrimoniais que tinham como objetivo um novo entendimento de sua história e o estabelecimento com a população de uma dinâmica patrimonial com vistas a sua preservação.

Aqui, temos como fonte de investigação além dos poucos textos publicados, como relatórios e matérias de jornais locais acerca da intervenção, fontes orais atuais que nos levam a debater mais do que o tratamento dado aos bens patrimoniais mais a construção da história da Ilha a partir da lógica de um grupo que também esteve presente nas primeiras escritas historiográficas feitas para a Ilha já no início do século XX, com o qual também vamos estabelecer relação.

Por agora, o leitor precisa saber que esta intervenção gerou mais do que escritas historiográficas, foi responsável também pela condução de uma memória coletiva, a qual devemos debater nos parâmetros conceituais elencados por Michel Pollack e que são identificados a partir da análise das fontes orais atuais produzidas pelos moradores da Vila.

Este momento da nossa escrita é muito relevante para a análise geral que tentamos conduzir posto que o sentido da construção da memória e os reflexos sobre a história “oficial” da Ilha são observados nos vários recortes que escolhemos, a saber início do século XX, passando pelo século XVII, voltando para o final do século XX e sempre em relação com os dias atuais, o nosso presente referencial.

O ambiente historiográfico pelo qual circula a história da Ilha de Itamaracá nos períodos estudados nos leva a refletir como em Michel de Certeau, o lugar social do historiador, como em Michel Foucault, o lugar discursivo das produções historiográficas e como em Michel Pollack, o lugar de construção das memórias.

Escrever a História da História Ilha de Itamaracá, ou pelo menos parte dela, significa fazer viagens descontínuas no tempo. Isto porque, os fatos que a conduziram foram escritos e reescritos de acordo com dinâmicas institucionais e com lugares de produção de saber, com interesses enfim, de grupos que em cada momento histórico estiveram empenhados em um projeto maior do que o que compete à própria história da Ilha.

A narrativa que conduziremos neste texto, deve então considerar elementos fundamentais para a construção da escrita histórica. Partimos, primeiramente, do conceito de verdade, para analisar as produções referentes à Ilha, no século XX, nos utilizando, sobretudo, dos diagnósticos de Carlo Guinzburg, em *Fio e os Rastros*.

Do século XX, voltaremos para o século XVII, onde confrontaremos documentos como relatos de cronistas e iconografias que foram utilizados como fontes primárias para as leituras desta história construída posteriormente, na tentativa de observar o momento histórico em si, ou pelo menos aquele que as fontes a que teremos contato podem nos indicar, pensando em uma perspectiva de que o documento deve ser entendido como verdade dos fatos: “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder... A verdade é deste mundo. Ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem

seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.” (FOUCAULT, p. 12).

Neste tocante gostaríamos, já de levantarmos a poeira de uma discussão que obviamente não se encerra neste texto, posto que pre-existe a ele e é por demais complexa, que é a do lugar da verdade nos textos históricos, o ambiente da narrativa que pode ser criado ou conduzido pelo autor e que é responsável por um sentido de real dado ao texto ou ao documento.

É importante para a nossa discussão, pois, como indica a citação acima, de Foucault, estes discursos eleitos acabam por esforço do poder exercido em sua fala, no contexto e mesmo na forma como é proferido, acabam exercendo um poder sob aqueles que recebem estes discursos. Um poder se exerce nestes discursos e muitas vezes dependendo destas variantes tornam-se discursos de verdade.

Para o nosso trabalho é muito importante ter esta problemática sempre em pauta posto que observamos a construção de uma história e memória que se apresenta como parte de uma multiplicidade de discursos sejam eles institucionais ou memorialista. Por este motivo, carecemos entender os mecanismos que cabem ao historiador para contar as suas histórias.

Detendo-nos ainda nesta incessante escrever e reescrever a história, entendemos que muito já se discutiu sobre qual, então, seria a história mais correta, a verdadeira, e mesmo se haveria uma verdade histórica.

O momento de confronto destas ideias e métodos de diferentes influências se dá no momento da escrita quando, como diz Michel de Certeau: “passamos do caos das fontes à condição de uma narrativa lógica e interessante de acordo com o seu lugar de produção, não da fonte, do texto historiográfico produzido.” (CERTEAU, 1982).

O que acontece é que escrever. É ofício dos menos tranquilos: Se pode aprender a escrever, Mas não a escrever certo livro. Escrever jamais é sabido; O que se escreve tem caminhos; Escrever é sempre estrear-se. E já não serve o antigo ancinho. (Melo Neto, 1995: 584 in MONTENEGRO, p. 18)

Há quem questione ainda a imparcialidade desta escrita, durante o século XIX, os cientistas positivistas apregoavam a importância de se produzir argumentos pautados na objetividade das fontes, no observar e relatar, na crueza da descrição. E durante muito tempo este modelo foi aplicado à história em uma real tentativa de ser reconhecida como ciência, de esquecer a herança dos primeiros historiadores, aqueles que como Heródoto, lançavam mão de muitas fontes diversas: mapas, observação do ambiente, relatos de viajantes e etc. e criavam uma trama que de tão empolgante era confundida com literatura, como pode ser observado na fala de Hayden White: “A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torna-los “familiares” a ele. Assim a narrativa histórica serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares.” (WHITE, p.105).

De modo que compreendemos a narrativa histórica como apresentada por Hayden White como um ponto de culminância entre o fato ocorrido e o relato sobre o fato, seja este oral ou escrito. A nossa problemática não está então no fato de haverem várias narrativas acerca da história da Ilha de Itamaracá, mas em entender o modo como foram elaboradas ao longo do tempo, que tensões discursivas a gestaram.

Para tanto, nós também elaboramos nosso próprio discurso sobre o período observado, a saber, o século XVII, palco dos maiores embates políticos, sociais e econômicos e para o qual foram eleitos como protagonistas os Holandeses que invadiram o norte da colônia brasileira.

Às margens do canal de Santa Cruz, localizada na porção sul da Ilha de Itamaracá, sobre uma colina de onde se pode avistar boa parte da Ilha e, sobretudo o oceano atlântico em toda sua imensidão e sublime profundidade que guarda segredos de uma vida material e de um imaginário que está além das nossas expectativas e é dele que se alimenta de vida dinâmica a Vila de Nossa Senhora da Conceição, cujos habitantes estão em contato constante com uma sorte de gente vinda de várias partes desta

imensidão, através da atracagem nos portos da Ilha e principalmente daquele que se situa à margem do canal, espanhóis, franceses, ingleses, bantos, nagô, holandeses, portugueses, trazem consigo também objetos vivos, por que cultura que fala do passado e se mostra enquanto presente.

Estamos falando de uma vila pequena em dimensão, mas, que encerra a pluralidade no interior de suas bem construídas muralhas, na imponência da Igreja Católica que consagra Nossa Senhora como Padroeira, de onde se estendem ruas de pedra e barro, de caminhos ora largos e horizontais, ora estreitos e de uma verticalidade sinuosa, por onde passaram e ainda passam animais e uma gente que é fruto de tudo isso que podemos observar a olho nu e daquilo que só podemos desconfiar a guisa de uma sutil imaginação.

Ficamos com esta imagem que pode muito bem ter sido a que os holandeses divisaram ao atracar na vila no mês de Março do ano de 1632, onde se estabeleceram e tomaram parte do aparato administrativo e de defesa que já existia e era controlado pelos portugueses, passaram a chamar a vila de Schoppe, em homenagem ao comandante das tropas que ocuparam a vila Sigismundo Schoppe.

Gaspar Barlaeus nos dá indícios da importância da manutenção do controle sobre a vila e em seu: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, tanto na descrição em linhas gerais da ilha quanto nas inúmeras iconografias recolhidas que nos dão uma ideia do que seria a vila, estabelecendo este texto como um dos poucos com material preciso sobre os aspectos físicos da localidade no século XVII com o qual tivemos contato.

A vila acaba sendo a nossa referência por tratar-se da sede da Capitania de Itamaracá durante o século XVII e primeira metade do XVIII, e também por ser o local mais habitado na Ilha, cerca de 100 famílias, informações obtidas através das ordens régias de Itamaracá, encontradas no Arquivo Público Jordão Emerenciano, as quais apesar do crescimento da Ilha como um todo, mantém a mesma base fundiária, inclusive em sua distribuição espacial.

Nada melhor para vivenciar o panorama do período do que utilizarmos imagens produzidas no século XVII, escolhemos para isso, principalmente as recolhidas na obra *Imagens do Brasil Colonial*, de Nestor Goulart Reis, e também as produzidas pelos bolsistas do Projeto Levantamento do Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano, entre os anos de 2008 e 2010. Fazemos uma análise imagética no sentido de procurar indícios, como faz Guinzburg, que possam configurar uma narrativa sobre o período holandês, como ponto de partida e em um segundo momento que contraponha a historiografia tradicional enviando imagens que indiquem outras histórias.

O fato de serem as imagens, iconográficas, os documentos dos quais dispomos que mais informações nos legam deste tema, é que precisamos fazer uso de pensar o ato de produção de imagens, sempre de acordo com um referencial histórico, visto que as mesmas são produto de um tempo e panoramas culturais específicos.

O estudo de imagens é feito a partir da perspectiva da produção artística, levando em consideração os estilos e técnicas em que se efetuou a imagem, sobretudo, o lugar sócio-cultural em que a mesma foi produzida, é claro que quando tratamos das imagens holandesas feitas da Vila temos um referencial máximo que é político e dominador e que já foi exaustivamente debatido.

Todavia, acreditamos ser importante lembrar ao leitor que as imagens produzidas na parte norte da terra brasílica pelos invasores flamengos eram, sobretudo, fontes de estudo estratégico, como as imagens que retratam as rotas de acesso à Vila Schopp, por mar e através do Canal de Santa Cruz, dando ênfase ainda as dimensões geográficas da Vila.

Imagem 05²

Esta imagem é recorrente em nosso trabalho sobre a Vila Posto que é bastante significativa, como documento produzido pelos holandeses, e uma fonte rica em informações das quais incorremos sobre os mais diversos objetivos, militares de defesa, e também os urbanísticos patrimoniais, além de ser a única imagem com a qual tivemos contato da qual podemos imaginar algum tipo de relação cotidiana, ao vermos representadas as pequenas casas com suas também humildes plantações, a presença de

² "Stadt Nostre Signora de Conception", 1630. Produzida por autor desconhecida e recolhida por Nestor Goulart Reis a partir do original manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia.

um poder administrativo, a coroa portuguesa como legisladora de um local que ao que consta nos documentos escritos é de domínio privado, essencialmente dos Senhores de Engenho.

Com uma imagem que retrata as muralhas encontradas e fortalecidas pelos holandeses na década de 30 do século XVII, estabelecemos uma rede de entendimento da ordem das relações de poder e vigilância, mesmo não sendo este o nosso foco e como indicamos em outras partes do texto, pensamos que uma comunidade que vive isolada da sua colônia, de sua metrópole, em uma pequena ilha atlântica, seria facilmente manipulada por qualquer que fosse o invasor, mas o que vemos revela-se totalmente oposto a este pensamento.

A Vila de Nossa Senhora da Conceição, sempre foi, de acordo com a fala de Henry Koster, local de vida agitada e toda peculiar, onde as pessoas se misturam com o vento que sopra do atlântico, onde reconhecemos um cotidiano de escravos, soldados e juízes, mas também de padres e senhoras da corte que de passagem para Pernambuco se hospedavam nas belas casas em estilo neo-clássico, que á época do viajante inglês já haviam perdido muito de seu brilho atacadas pela crise econômica que há muito atacava a vila. O fato é que apesar de decadentes ainda guardavam em seus objetos de louça, como faianças portuguesas e porcelanas chinesas as lembranças de uma colonização próspera ainda que breve.

então edificado, e a coroa portuguesa estaria presente através das instituições da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da Capela da Misericórdia.

É interessante notar que sobre esta imagem ainda que a mesma foi produzida pelo cosmógrafo da coroa, João Teixeira Albernaz, como indicador das modificações bélicas feitas na Vila. Uma fonte de 1640, dez anos após a confecção da imagem anterior pelos holandeses com a qual podemos observar um crescimento das áreas de interesse da Ilha, não se restringindo mais apenas à Vila de Nossa Senhora da Conceição, com a construção de fortes em todo o entorno da ilha, além do Orange, as fortalezas de Santa Luzia e da Catuama, esta ao norte da mesma.

E então voltamos ao século XX, ao que parece para entender de que forma esta herança da presença holandesa na Ilha se tornou tão latente e em que influenciou a construção de sua memória.

E para pensar a historiografia e a memória da Ilha é importante também pensar estas intervenções arqueológicas e os estudos produzidos em espaços diferenciados de produção de saber, nossa análise deve se pautar então em uma perspectiva teórica, seguindo a orientação de Roger Chartier: “As representações coletivas interiorizam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam ‘esquemas’ de percepção e de apreciação que informam sua ação, mas não constroem o próprio mundo social”.(Chartier, 1988. P. 68)

O que significa dizer para nosso objeto que a presença holandesa em Itamaracá, por exemplo, faz parte de uma articulação discursiva que foi sendo construída ao longo de séculos dentro de um contexto mais amplo que o da própria Ilha de Itamaracá, por que acabou fazendo parte do imaginário da ocupação que se construiu em todo o estado de Pernambuco.

E o que percebemos é que este imaginário dito homogêneo, em Itamaracá se apresenta e representa em tudo diverso, e apesar de este contato ser utilizado como sustentáculo econômico, fomentando o turismo, nossas leituras nos levam a crer que existe mais sutileza e que outros documentos podem ser legitimadores de um discurso

diferente, nem melhor, nem mais verdadeiro apenas de uma outra perspectiva, que com certeza se revelará surpreendente.

Neste sentido iremos buscar as referências de possíveis obras de elogio ao tempo da presença holandesa em terras brasileiras e nelas percebemos mais do que uma necessidade institucional de intelectuais como os que no início do século XX estavam à frente dos Institutos Históricos e Geográficos pelo país. Devemos observar o lugar social (CERTEAU, 1992. P. 54) daqueles que escreviam sobre os flamengos, pois talvez, também eles estivessem contagiados pelo espírito holandês e prontos a narrar seus feitos.

Nossa perspectiva reflete, então, sobre as produções intelectuais e o controle sócio-cultural exercido por esta elite erudita. Sendo que o discurso como proferido por este grupo não toma somente o lugar de verdade, ele impõe poder, a partir do qual as produções são moldadas e as memórias construídas, em nome de um projeto de modernidade que é intencionalmente elaborado.

Voltemos então à Foucault e ao presente, segundo o qual guia as articulações discursivas, as verdades que só se produzem em determinado espaço temporal, e sobre tal pensemos, caro leitor no nosso humilde papel de historiadores, de narradores de um lugar de análise científica que à primeira vista parece tão cômodo, mais que em determinado momento lhe vai encarar como que da borda de um precipício e lhe questionar sobre suas verdades.

Ao tentar escrever a história da Ilha de Itamaracá nos debruçamos sobre um sem fim de incertezas, de meandros da ordem de memórias desconexas, de documentos interpretados ao calor do momento e de discursos poderosos sobre o passado, talvez sejam todas as histórias assim, de difícil decifração.

Cabe-nos aqui então, não somente observar o passado mais colocar problemáticas que partam do presente, este que nos inquieta cotidianamente. Nos deparamos pois, com a construção de um lugar de memória e com um referencial de

história para a Ilha que perpassa aquilo que está inscrito nos documentos, nestes lugares do passado, posto que escamoteia a multiplicidade de depoimentos produzidos neste passado, em nome do progresso e de referenciais de economia que subjulgam as condições de apropriação de toda uma realidade social.

Não é papel do historiador julgar as ações do presente, mas acreditamos que seja nossa responsabilidade é colocar problemas a este presente baseado nos vários entendimentos que temos do passado. Ao que nos parece as ações de patrimonialização da Vila Velha de Itamaracá, perpassam por situações de controle discursivo que foram elaborados institucionalmente ao longo do século XX e que se legitimaram para além de uma memória coletiva, que ultrapassa e muito a herança holandesa na Ilha tão propagada por seus idealizadores.

Há que se rever, caro leitor, as apropriações patrimoniais elaboradas, os discursos científicos proferidos, as memórias não só construídas, mas também as legitimadas, e as relações de poder instituídas nesta trama que se desenvolveu ao longo do século passado e que se testemunha na prática hoje.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. História: A arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Itamaracá, uma Capitania frustrada*. Recife: CEHM, 1999.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.

_____. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

_____. *A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 2ª ed. Recife: CEPE, 1978.

MELO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1987.

MICHEL Pollack. *Memória, Esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

ORLANDI. Eni P. (org.) *Gestos da Leitura: da História no discurso*. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História, Imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. *Foucault: Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VERRI, Gilda Maria Withaker. Brito, Jomard Muniz de. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Bagaço, 2003.